

## **EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

A educação institucional e os cada vez mais diversificados meios de comunicação registram, na memória coletiva, os grandes feitos históricos, as transformações econômicas e políticas, os avanços científicos e as inúmeras manifestações artísticas e culturais desenvolvidas pela humanidade. Independentemente de classe social, escolaridade ou nível intelectual, é possível entrar em contato com fatos e seus protagonistas por meio dos mais diferentes mecanismos de apropriação do conhecimento. A denominação dos logradouros públicos também tem essa função como um de seus referenciais, cumprindo, assim, o papel de instigar a população a apoderar-se da construção da história de seu país, de seu estado, de sua cidade e de seu bairro.

Com essa compreensão, pretendemos preencher uma lacuna e destinar a uma grande protagonista da história de Porto Alegre uma pequena, porém singela homenagem. Este Projeto de Lei sugere a denominação de Praça Julieta Battistioli para o logradouro público não-cadastrado, registrado como Praça 7062, localizado no Loteamento Hípica Boulevard, bairro Aberta Morros.

Trata-se do reconhecimento a essa mulher que resolveu escrever sua trajetória de forma corajosa, diferente do senso comum da década de quarenta do século passado. Se, mesmo nos dias de hoje, em pleno século 21, a igualdade de oportunidades e direitos entre homens e mulheres permanece como reivindicação e bandeira de luta, pensar na conquista de espaços institucionais e privados há cinquenta anos é vislumbrar os esforços de inúmeras batalhadoras e visionárias. Dar seus nomes às ruas, praças e parques de Porto Alegre é uma forma de resgatar o papel desbravador e o viés corajoso dessas defensoras da igualdade e da liberdade.

Esses atributos estão presentes na trajetória de vida de Julieta Battistioli, a primeira mulher a assumir um cargo de vereador em 174 anos de existência do Parlamento porto-alegrense e passados quinze anos da instituição do voto feminino no Brasil – ainda que a data de fevereiro de 1932 remeta às restrições impostas na legislação eleitoral da época, como a extensão do direito apenas às mulheres casadas, viúvas ou solteiras, independentes economicamente.

Natural de Palmares, Julieta mudou-se para Porto Alegre em 1908, com apenas um ano de idade. Aos doze anos, diante das dificuldades econômicas, abandona a escola e os estudos para trabalhar e ajudar no sustento familiar. A passagem do universo familiar para o espaço laboral desperta o sentimento de incomformidade com as injustiças decorrentes dos modelos político e econômico vigentes, incompetentes na prestação dos serviços públicos básicos e desobedientes no

cumprimento dos direitos dos trabalhadores. Essa lutadora não demorou muito para identificar-se politicamente com os ideais de igualdade pregados pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), tornando-se uma de suas principais líderes. Julieta Battistioli foi pioneira em muitas questões: na determinação das defesas das lutas sindicais, na presença feminina como líder de movimentos sociais, na defesa das bandeiras da igualdade de gênero, na denúncia da arbitrariedade e da violência política.

A inconformidade diante das desigualdades sociais sempre esteve presente nos discursos de Julieta Battistioli, proferidos tanto nas portas das fábricas – quando a operária tecelã abria espaço para a sindicalista aguerrida – como na tribuna da Câmara Municipal de Porto Alegre – palco onde esses dois papéis se completavam e no qual jamais deixaram de estar em evidência. Essa simbiose traduz a autenticidade do mandato de Julieta Battistioli, característica que pode ser comprovada até mesmo em uma análise superficial de seus pronunciamentos. Os princípios que norteavam sua ação política e sua militância partidária e sindical estão ali presentes desde o primeiro discurso.

Em 1947, Julieta Battistioli concorreu à Câmara Municipal de Porto Alegre como suplente, pelo Partido Social Progressista (PSP), já que o PCB encontrava-se na ilegalidade. A suplência possibilitava-lhe a ocupação do cargo na vacância aberta ora por Elói Martins, ora por Marino dos Santos. Ocupou definitivamente o cargo a partir de fevereiro de 1948, quando Marino dos Santos teve seu mandato cassado, fato que foi duramente criticado por ela.

No exercício da vereança, demonstrou abertamente seu comprometimento partidário, numa época de intensas perseguições políticas e de cerceamento às manifestações democráticas. Foi porta-voz das dificuldades do operariado, abordando cotidianamente o elevado custo de vida para os trabalhadores, os problemas do transporte urbano à época e a precariedade do sistema de energia elétrica. Vale a pena repetir trecho de discurso já ressaltado na exposição promovida pelo Memorial desta Casa, alusiva ao centenário de Julieta. Ela afirmou: *De fato, eu sou uma vereadora eleita pelo povo, uma mulher operária, uma mulher sem cultura, mas que tem a coragem política de defender, nesta Câmara, o interesse do povo, deste povo que me conferiu os votos. Porque este povo que me conferiu os votos, porque este povo quer que, dentro desta Casa, seus defensores defendam os seus interesses, não com palavras que não entenda, mas com palavras simples e modestas, mas enérgicas, que saibam se levantar não só quando o PCB está na legalidade, mas também quando está na ilegalidade.*

Com o mesmo vigor, deu publicidade às lutas pela igualdade de gênero, atuando na organização das mulheres por meio da promoção do primeiro Congresso de Mães, em Porto Alegre, e outro voltado às mulheres trabalhadoras do Rio

de Janeiro. Além das preocupações com a Cidade e com o setor classista, do qual fazia parte, Julieta também voltou sua atenção aos temas internacionais, fiel aos princípios do PCB. Usou a tribuna para criticar a política dos Presidentes Gaspar Dutra e Getúlio Vargas com relação à Guerra da Coréia, que durou de 1950 a 1953. Ambos tentaram selar acordo com o governo dos Estados Unidos, que subentendia o envio de tropas brasileiras para o *front*, que não se viabilizou em virtude da ausência de apoio político interno. Afirmou a Vereadora, em discurso proferido em 13 de julho de 1949, no governo de Gaspar Dutra, sobre a campanha do PCB contrária à adesão do Brasil à Guerra da Coréia e o conseqüente envio de tropas ao país asiático: *As mães, as esposas, as irmãs, as jovens, todos enfim têm o dever de aceitar esta convocação e de se organizar na luta pela paz, pelo progresso do Brasil e do mundo inteiro. As jovens que sonham com um mundo melhor, que têm seus noivos, que sonham com um lar, têm o dever de se organizar e defender-se da ameaça da guerra, principalmente a mulher operária.*

A primeira vereadora de Porto Alegre sofreu as agruras dos períodos totalitários, tendo sido presa em duas oportunidades. Abandonou a política, mas não a atenção crítica aos fatos da política local e nacional. Ao longo da vida, mereceu algumas distinções, como a dada por esta Câmara (o título de Cidadã Emérita, por sugestão do então Vereador Lauro Hagemann, em 1987), pela Prefeitura (a Medalha Cidade de Porto Alegre) e pela Associação de Diplomadas Universitárias do Rio Grande do Sul. Em março deste ano, a Câmara de Porto Alegre celebrou o centenário de seu nascimento com uma exposição, no Salão Adel Carvalho, com painéis de fotos e textos, além de objetos e documentos doados pela família.

No discurso de agradecimento, durante a sessão solene de concessão do título de Cidadã Emérita, Julieta demonstrou o quão perene se torna o engajamento político quando vivido com intensidade e comprometimento: *Minhas senhoras e meus senhores, que, no meu tempo, lutavam junto comigo e que juntos saíamos às ruas a coletar assinaturas contra a ida de nossos filhos à Coréia, a esses e à Angelina Gonçalves, ferida pela Polícia em Rio Grande e que acabou numa cadeira de rodas. A todos esses, essa homenagem. (...) disseram tantas coisas que eu não sei se mereço ou se mereço muito mais pelas lutas que eu tive, mas todas essas companheiras que hoje lutam e que agora têm um caminho mais aberto, fizeram grandes movimentos pela mulher camponesa no Gigantinho, a minha saudação. É um dia muito feliz. (...) Assim, meus companheiros, a nossa luta é a mesma, a luta dos companheiros de hoje, moços, jovens com focam e que lutam pela emancipação do trabalhador, pela emancipação da mulher e que lutam pelo direito digno de vida, por menos fome, por menos morte nas vilas. Por tudo isso que ainda temos que atravessar e lutar por um mundo melhor, onde todos poderão viver con-*  
*dignamente.*

Com base em todo esse relato sobre a vida de Julieta Battistioli é que estamos propondo que Porto Alegre conceda mais uma homenagem a ela, eternizando-a na memória da Cidade, com a denominação desta Praça. Solicito, portanto, o apoio dos nobres Colegas, por meio da aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões, 20 de junho de 2007.

VEREADORA CLÊNIA MARANHÃO

**PROJETO DE LEI**

**Denomina Praça Julieta Battistioli o logradouro público não-cadastrado, conhecido como Praça 7062 – Loteamento Hípica Boulevard.**

**Art. 1º** Fica denominado Praça Julieta Battistioli o logradouro público não-cadastrado, conhecido como Praça 7062 – Loteamento Hípica Boulevard –, nos termos da Lei Complementar nº 320, de 2 de maio de 1994, e alterações posteriores.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.